



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 072

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

DIÁRIO Nº 072**SUMÁRIOS****71ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão.....	03
Expediente:	
Requerimentos.....	03
Projetos de Lei.....	07
Pequeno Expediente:	
Dep. Ney Leprevost.....	07
Dep. Elio Rusch.....	10
Dep. Antonio Belinati.....	12
Dep. Neivo Beraldin.....	13
Grande Expediente:	
Dep. Jocelito Canto.....	14
Horário das Lideranças:	
Liderança do PP	
Dep. Ney Leprevost.....	09
Dep. Antonio Belinati.....	12
Liderança do DEM	
Dep. Elio Rusch.....	11
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Eduardo Cheida.....	15
Liderança do PSB/PRB/PV	
Dep. Rosane Ferreira.....	17
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente.....	18
Discussão/Votação	
Redação Final.....	18
3ª Discussão.....	19
1ª Discussão.....	19
Requerimentos.....	21
Encerramento da Sessão.....	22

72ª SESSÃO ORDINÁRIA**SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	23
Presenças.....	23
Abertura da Sessão.....	23
Expediente:	
Requerimentos.....	23
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente.....	23
Discussão/Votação	
2ª Discussão (Votação em).....	23
Redação Final.....	25
2ª Discussão.....	15
1ª Discussão.....	25
Requerimentos.....	27
Encerramento da Sessão.....	27

6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	28
Presenças.....	28
Abertura da Sessão.....	28
Expediente:	
Requerimentos.....	28
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
2ª Discussão.....	29
1ª Discussão.....	29
Requerimentos.....	29
Encerramento da Sessão.....	29

DIÁRIO Nº 072**71ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE JUNHO DE 2010**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Teruo Kato.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Valdir Rossoni, Elton Welter, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Enio Verri, Fábio Camargo, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Rafael Greca e Stephanes Júnior (16).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Artagnão Júnior e Wilson Quintero (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de julho (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2233

SÚMULA:

Requer a transformação da Sessão Ordinária de 30/06/10, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 273/10, 201/10 e 308/10.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o duto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 30/06/10, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nº 273/10, que dispõe sobre a criação dos cargos de provimento em comissão que especifica, para a instalação de unidades regionais na região administrativa do médio Noroeste do Estado do Paraná, criada pela Lei nº 11354, de 14/03/96, para a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP; Projeto de Lei nº 201/10, Mensagem nº 038/10 - acresce ao Anexo I da Lei Estadual nº 14269, de 23/12/03, o quantitativo de cargos de professor de ensino superior da carreira do magistério superior, destinados à Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), conforme especifica.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a liberação do grande expediente da Sessão Plenária do dia 13 de julho do corrente ano, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para que o Superintendente Regional do Paraná, faça uso da palavra em comemoração aos 40 anos de criação da referida instituição.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão e hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 07 de maio do corrente ano, do Sr. Osvaldo Valaski.

Osvaldo nasceu em 16/03/45, em São José dos Pinhais, filho de Lúcia Jarek Valaski e Francisco Valaski. O pai, que sempre morou nesta Cidade, foi um dos primeiros alfaiates da Região Metropolitana de Curitiba, sendo, por isso, muito conhecido e admirado pela população.

Osvaldo se formou em contabilidade pela Escola Técnica e Comércio Dr. Rock Vernalha, em 1973, mas sua vida profissional já havia começado há muito tempo, com apenas 11 anos, em uma empresa de esquadrias metálicas, de propriedade de Kiko Gasparelo.

Aos 14 anos, trabalhou nas Casas Pernambucanas e aos 20 já era funcionário da Sociedade São José Ltda, quando começou a administrar a empresa Esquadrias São Carlos. Nessa mesma época, também ajudava a administrar o Auto Posto e Mecânica Barão, onde permaneceu por 35 anos, até 2007. No mesmo período, participou da administração de Barão Pneus e Zava Madeireira, do Mato Grosso do Sul, e da Transportadora Irmãos Valaski. Mais tarde, passou a gerenciar duas empresas produtoras de esquadrias - a São Carlos e a Portal.

Para se divertir, Osvaldo gostava muito de pescar em sua chácara e jogar futebol, esporte que praticou até os 56 anos de idade no Clube Esperança e no São José Esporte Clube. Depois, passou a praticar tênis, esporte ao qual se dedicou com assiduidade e interesse até o final de 2009.

Para os jovens, Osvaldo Valaski dizia que o estudo é o melhor caminho para se vencer na vida. escutar os pais e obedecê-los, pois eles são as pessoas que mais querem o seu bem. Para melhorar o mundo, defendia que é preciso paz e trabalho para todos e educação para o crescimento, principalmente às crianças. Aos que precisam de uma mensagem de fé e esperança, dizia que a compreensão e a tolerância são o que realmente precisamos para que haja paz no mundo.

Osvaldo Valaski teve uma intensa participação comunitária na sociedade de São José dos Pinhais. Foi admitido no Rotary Club São José dos Pinhais em 28/09/71, tendo como padrinho o companheiro Estefano Krug. Participou de vários cargos dentro do clube, sendo presidente na gestão 1978/1979. Apadrinhou os companheiros Campos, Cesquim, Ferraro, Roberto, Shiroma, Luciano, Everson, Hermínio e Pescarolo.

Foi um dos maiores colaboradores da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São José dos Pinhais e um dos incentivadores do projeto de construção da sede da entidade e o grande responsável pela conclusão da obra, em 20/03/89. Foi, da mesma forma, emérito colaborador do Patronato Santo Antônio e de várias outras entidades assistenciais de São José dos Pinhais, onde deixou sua marca de pessoa de bem.

Osvaldo deixa sua passagem marcada entre os que conheceram por sua conduta simples, solidária e amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, onde prestou grande colaboração ao Município com seu conhecimento, convívio e participação. Deixa viúva a Sra. Ana Maria Alberti Valaski. Duas filhas: Tânia, casada com o Juiz Roberto Luiz Santos Negrão; e Lílian, casada com o advogado Antonio Sérgio Palú Filho. E dois netos: Otávio e Giulia.

Sua passagem deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram o grande oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou de sua convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimento de pesar pelo seu falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de congratulações ao Município de Umuarama, nas pessoas do Prefeito Moacir Silva; do Presidente da Câmara Municipal; Vereador Marcelo Nelli, pelo transcurso de seu 55º ano de emancipação político-administrativa, com envio mensagem anexando o texto abaixo que foi proferido em discurso da tribuna desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

JUSTIFICATIVA:

“Umuarama, 55 anos de fundação

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ocupo esta tribuna para falar de Umuarama, uma Cidade que me é muito cara. É que ela está completando, esta semana, 55 anos de fundação. Contando com população de 100 mil habitantes, é o centro universitário do Noroeste, referência regional nos serviços médicos e hospitalares, segundo maior pólo moveleiro do Paraná,

Município que concentra o maior rebanho bovino do Estado. Umuarama foi a última fronteira agrícola que se abriu na recente história estadual, através de um programa de integração lavoura-pecuária inédito, lançado em 1998.

Sinto-me com vontade para falar sobre Umuarama, onde fui Prefeito por oito anos, dois mandatos consecutivos, de 1997 a 2004. Tive a oportunidade de contribuir para que minha Cidade desse um grande passo para se consolidar como um dos principais pólos de desenvolvimento do Estado. Mas não quero falar sobre o que fiz. Quero falar sobre a Cidade e a sua gente.

Conhecida como Capital da Amizade, pela generosidade de seu povo, trata-se de um centro urbano muito bonito, aconchegante, acolhedor. Vive, atualmente, uma nova fase de seu desenvolvimento, com o Prefeito Moacir Silva e uma Câmara de Vereadores atuando no sentido de aproveitar da melhor forma possível as oportunidades de investimentos.

Aos 55 anos de fundação, Umuarama consolida-se como uma das principais Cidades do interior do Paraná, já que têm influência regional. É para ela que se canalizam as necessidades regionais, pois é o centro administrativo do Governo Estadual, além de ser o maior centro prestador de serviços do Noroeste. É para Umuarama que convergem as populações da Microrregião 11, sem contar que a Cidade atrai moradores de Cidades do Oeste do Paraná e do Sul do Mato Grosso do Sul.

Quero registrar nos Anais desta Assembleia Legislativa os meus parabéns às autoridades e à população de Umuarama, pela passagem dos 55 anos de emancipação político-administrativa que serão celebrados no próximo sábado, do dia 26 de junho. E aproveito para reforçar e convidar aos nobres Deputados para que participem das festividades desta semana.

Muito obrigado.”

REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Padre Nilson Carlos Lopes.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Padre Nilson Carlos Lopes, Vigário da Paróquia de Santo Inácio, onde auxilia na direção deste local sagrado, determinado a cuidar de seus fiéis, para onde, por devoção, acorrem pessoas de todas as regiões, aumentando suas responsabilidades como governantes das palavras do Êxodo 25:8 “*E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles.*”

Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários. Pe. Nilson demonstra em todos os momentos toda sua dedicação e amor ao próximo.

REQUERIMENTO Nº 2260

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Viação Piraquara Ltda.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Viação Piraquara Ltda., grande empreendedora do Município de Piraquara, oferecendo mais de 300 postos de trabalho, em uma das mais modernas instalações da região, pensada na eficiência da operação e respeito ao meio ambiente. Primando pela qualidade de seus serviços, investe no desenvolvimento de seu quadro de funcionários.

Uma empresa que transporta vidas com qualidade e valor, colaborando no desenvolvimento do Município, sendo uma referência empresarial.

REQUERIMENTO Nº 2261

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Padre Luiz Lange.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pe. Luiz Lange, missionário redentorista, que acompanhou a imagem de Nossa Sra. do Rocio em peregrinação pelo Estado. Com a vocação da inquietude maior através do batismo, sua simplicidade, procura no dia a dia dar uma resposta generosa e consciente.

Consagrando sua vida ao serviço de Deus, vive e trabalha em comunidade, esforçando-se continuamente para alcançar a caridade perfeita, sempre disponível para Deus e para os irmãos.

REQUERIMENTO Nº 2262

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações aos Diretores e Conselheiros da Federação das APAEs do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos Diretores e Conselheiros da Federação das APAEs do Estado do Paraná, que representam a entidade, atuando na coordenação, na defesa, proteção e responsabilidade pelos trabalhos de garantia dos direitos das pessoas com deficiência em âmbito estadual.

Atuando intensamente na luta pelos direitos e por melhores condições de vida, fortalecendo e valorizando a entidade, com determinação e perseverança para superar

as dificuldades, ampliando o reconhecimento do ser humano.

REQUERIMENTO Nº 2263

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, requer votos de louvor e congratulações ao Clube Curitibano, na pessoa do Sr. Emerson Luiz Appel, Medalha de Ouro, como Dirigente Esportivo pelos excelentes resultados, no Word Master Games 2009, Olimpíadas acima de 30 anos, realizada em Sidney, Austrália, entre 10 e 18 de outubro de 2009, contando com 29 mil atletas de 195 Países. O Brasil foi representado por 249 atletas em 28 modalidades.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2264

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, requer votos de louvor e congratulações a Bonyplus, na pessoa de seu fundador Newton Bonin.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Bonyplus, fabricante de cosméticos de Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (PR), se prepara para competir com grandes empresas no atrativo mercado de produtos de beleza brasileiro. A empresa estará investindo R\$ 25 milhões no lançamento de uma linha para profissionais, no aumento do mix de produtos para cabelos e na sua entrada no segmento de cuidados com a pele.

Depois de investir R\$ 10 milhões no ano passado para duplicar a capacidade de produção de Beauty Color, marca de coloração que responde por 95% do faturamento da empresa (150 milhões), chegando a 5 milhões de bisnagas por mês, a empresa almeja se tornar uma concorrente de peso das grandes do setor, as multinacionais L'Oreal e Wella e as brasileiras Embelleze e Niasi.

Fundada há 19 anos pelo empresário Newton Bonin, de acordo com dados da Nielsen, as Bonyplus é líder de vendas de tintura para cabelos de pequeno varejo (loja de um a quatro check-outs). No ranking geral, a quinta marca em valor e a sexta em volume.

Na contramão das líderes, que vêm dando cada vez mais atenção aos pequenos pontos de venda, a empresa busca espaço nas gôndolas das médias e grande cadeias varejistas. Em abril, a Bonyplus lançou uma linha de tratamento para cabelos voltadas a profissionais, com a marca Next Style e com ela aumentou de 70 para 250 a sua equipe de trade marketing. No entanto, a grande aposta da empresa é o lançamento em setembro de Arazyne, gel para esfoliação da pele (peeling) que não impede a consumidora de tomar sol após o uso.

A empresa será distribuidora dessa tecnologia, importada da Coreia, com a produção local da finalização

do gel. O peeling gel será o primeiro da empresa com venda direta, via telemarketing.

O novo produto merecerá campanha em TV (SBT, Record) e os novos produtos para tratar os cabelos deverão estar no varejo até o início de 2008. A ideia é oferecer sobre marca Beauty Color uma linha pós-coloração e kit de transformação. Nosso objetivo é crescer 57% ainda este ano, fazendo o faturamento saltar para R\$ 240 milhões, diz Fernando Perfeito, diretor de planejamento de vendas e marketins da Bonyplus.

Mercado para isso não falta. Segundo dados da ABIHPEC, a associação do setor, a indústria de cosméticos faturou R\$ 17,5 bilhões no ano passado, 14% acima do resultado de 2005. Os cuidados para cabelos lideram esse total, com 27% de participação. Hoje, no Brasil, coloração vende tanto quanto xampu: São os líderes do segmentos de cuidado dos cabelos, com vendas de R\$ 1,33 bilhão cada um.

REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, requer votos de louvor e congratulações aos atletas juniores e comissão técnica do Coritiba Foot Ball Club, Campeão da Taça BH de 2010.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Taça BH é uma das competições mais importantes do País. Realizada pela Federação Mineira, chancelada pela CBF e tendo cobertura exclusiva da SPORTV, a competição envolve os grandes clubes de futebol do Brasil, e seu campeão é considerado campeão brasileiro da categoria juniores. As outras duas competições nacionais que envolvem a categoria são a Copa São Paulo e o Brasileiro Sub-20, realizado pela Federação Gaúcha, no fim do ano.

O Coritiba já participou de várias edições da Taça BH, a qual realizou-se pela 26ª vez este ano. A última participação do clube foi em 2005, quando por problemas da organização da Taça naquele ano, acabou optando por ausentar-se das seguintes edições. Em todas suas participações anteriores, apenas 2002 o Coritiba havia passado da 1ª fase, perdendo para o Flamengo nas oitavas de final, em Viçosa/MG.

Após novo contato, e com a reformulação da Copa, o Coritiba novamente foi convidado este ano, sagrando-se campeão nacional, contra o Atlético PR.

REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Sr. Milton Podolak Junior, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER - ofício solicitando a instalação de redutor de velocidade PR-879, no trecho que liga os

Municípios de Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu, mais especificamente nas proximidades do acesso à comunidade de Linha Vachin.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviado expediente ao Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar Tenente-Coronel, César Vinicius Kogut e a Chefe Regional do Núcleo de Educação de Londrina, Márcia Lopes, solicitando apuração e providências com relação as denúncias de vandalismo, agressão e desrespeito aos professores na Escola Estadual Profª Adelia Antunes Lopes, localizada no Município de Jataizinho.

O meu gabinete recebeu denúncias de que dentro do estabelecimento de ensino citado professores estão sendo agredidos, os bens públicos depredados, e que existem alguns alunos que estão traficando entorpecentes no período escolar e dentro da escola.

Assim, diante das denúncias apresentadas, e da gravidade do assunto solicito aos nobres Deputados que esta Assembleia solicite medidas emergenciais na apuração e na contenção destes atos. Afim de que possamos garantir a segurança e a tranquilidade para toda comunidade escolar.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 308/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 16458, de 30 de março de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

Parágrafo Único. O disposto no artigo 2º da presente lei, aplica-se, também, aos servidores inativos e pensionistas do Poder Legislativo do Estado do Paraná.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 30/03/10.

Sala da Sessões, em 30/06/10.

(a) Antonio Anibelli

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, tendo em vista que a Lei nº 16468, de 30/03/10, não contemplou os servidores inativos e pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado.

Sendo assim, esperando contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 309/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada que liga as localidades de Rio das Pedras, Turvo de Baixo, Faxinal dos Elias, do Município de São Mateus do Sul, ao Município de Rio Azul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga as localidades de Rio das Pedras, Turvo de Baixo, Faxinal dos Elias, do Município de São Mateus do Sul, ao Município de Rio Azul.

Trata-se de uma antiga reivindicação de toda a comunidade dos Municípios de São Mateus do Sul e Rio Azul, pois a referida estrada tem um grande fluxo de veículos e necessita de urgentes reparos para que a população possa usá-la com segurança.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por gentileza atenção, Srs. Deputados, principalmente, os Deputados Tadeu Veneri e Jocelito Canto. Aliás, Deputado Jocelito Canto o seu pedido de informações já tenho pronto, vou mandar buscá-lo para que o senhor já o tenha.

Nada a ver com o Regimento, mas tinha assumido o compromisso de que no dia de hoje publicaríamos a relação dos funcionários. Não vou publicar hoje, porque quero verificar pessoalmente. Convoco a Mesa Executiva para que amanhã de manhã esteja aqui, entre 8h e 10h para que possamos ver bem isso e não cometer nenhum erro. Quero que as coisas estejam bem claras, por essa razão, antes de publicar, alguns detalhes quero deixar isso muito bem discutido, para evitar qualquer tipo de mistake.

Pequeno Expediente:

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. O que me traz a esta tribuna é registrar o e-mail de Katia Chagas.

(Lê):

O Prefeito de Curitiba Luciano Ducci completa no dia de julho os primeiros 100 dias à frente da Administração Municipal com investimentos em todas as regiões da Cidade. Foram iniciadas quatro novas obras por dia, num total de 407 iniciadas no período. Grande parte delas são melhorias viárias para desafogar o trânsito e garantir mais segurança para motoristas e pedestres.

Uma das grandes ações do Prefeito neste período, foi a assinatura da licitação para a Linha Verde Norte. A obra teve início com a construção da trincheira no cruzamento da antiga BR-476 com a rua Gustavo Hartmann, que vai ligar o bairro Alto ao Bacacheri.

O Prefeito Luciano Ducci também deu a largada para outras obras, como a revitalização de vias importantes da região de Santa Felicidade. As avenidas Fredolin Wolf e Toaldo Túlio estão sofrendo uma revitalização completa, com novo asfalto, calçadas modernas e paisagismo, valorizando e deixando ainda mais bonito o bairro turístico que atrai visitantes do mundo inteiro.

Outro cartão postal da Cidade também não ficou de fora do planejamento da Prefeitura. Teve início a obra de revitalização da Rua 24 Horas, obra orçada em R\$ 3,84 milhões. Está prevista a implantação de um café, uma livraria, uma agência dos Correios, uma central de turismo e um espaço cultural. O local também será o ponto de chegada e saída da Linha Turismo, que tem em média 50 mil usuários por mês.

A Rua 24 Horas é um dos 52 equipamentos públicos em construção ou ampliação, entre eles três unidades de saúde e quatro quadras cobertas em escolas municipais.

O binário Chile-Guabirota também teve início neste período e vai interligar cinco bairros, beneficiando quase 100 mil moradores.

O Prefeito determinou à sua equipe prioridade na pavimentação das ruas por onde circulam os ônibus do transporte coletivo. Desde abril, são 51 quilômetros de ruas sendo pavimentadas e mais 35 quilômetros de calçadas sendo construídas. É um esforço de planejamento e execução não só de políticas que priorizam os motoristas e carros, mas os pedestres, para que tenham calçadas seguras e vias sinalizadas, com redutores de velocidade, para facilitar a travessia, disse Ducci.

Neste curto período de três meses, o Prefeito não perdeu tempo, investiu mais de R\$ 3 milhões em obras de saneamento de R\$ 1,1 milhão para deixar as ruas da Cidade mais iluminadas. Um dos projetos especiais é a iluminação da Igreja do Guadalupe.

Prefeito garante mais vagas em creches e escolas

Nos primeiros 100 dias no cargo, o Prefeito Luciano Ducci, concentrou grande parte das obras na área da Educação. Estão sendo criadas 3 mil e 500 novas vagas na educação infantil neste ano e outras 3 mil e 500 em 2011. A construção de escolas e creches vão ampliar o atendimento de crianças no ensino fundamental e na educação infantil.

Para este ano, está previsto no orçamento do Município a construção de 18 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), além de duas grandes ampliações.

Atualmente, estão em obras 11 CMEIs no Sítio Cercado, Jardim dos Nobres, Faxinal, CIC/Flamboyant, Moradias Diadema, Moradias Arroio, Moradias Corbélia, Lotiguaçu, Santa Rita, Vila Machado e Vila Tecnológica. Além destas unidades outras 11 estão sendo ampliadas.

Três escolas também estão em obras nas Moradias Corbélia e Parolin, que atenderão 1 mil e 600 estudantes em turmas do pré-escolar ao 5º ano, e Escola Boa Vista/Bairro Alto. Outros 800 estudantes serão beneficiados com educação integral, na Unidade de Educação Integral Vila Torres e na construção do contraturno da Escola Municipal Dona Pompylia.

Bibliotecas novas atraem as famílias e incentivam a leitura.

O Prefeito Luciano Ducci vem conseguindo despertar o gosto pela leitura não só dos estudantes, mas dos pais e irmãos dos que frequentam as escolas. O incentivo vem sendo possível, graças aos investimentos que estão sendo feitos na criação de espaços equipados com livros e materiais didáticos, que podem ser usados pela comunidade. Ducci inaugurou quatro bibliotecas, atingindo a marca de 172 bibliotecas integradas que reúnem acervo de 700 mil livros. A mais nova delas é a Biblioteca Escolar Ivo Rodrigues, que funciona na Unidade de Educação Integral da Escola Municipal Madre Antônia, no Tarumã. O nome da biblioteca foi escolhido para homenagear o vocalista da Banda Blindagem, morto em abril. É a primeira construída em uma unidade de educação integral. Estão em obras duas novas bibliotecas em escolas e uma terceira está em fase de contratação.

A abertura da Biblioteca Olavo Bilac na Escola Municipal Francisco Klemtz, no Portão, garantiu aos 510 estudantes do 1º ao 5º anos e aos moradores do bairro acesso ao acervo de 3 mil e 517 livros. Também ganhou nova biblioteca a Escola Municipal Professora Carmem Salomão Teixeira, no Ganchinho. Batizada pelos estudantes com o nome da escritora infantojuvenil Liliana Iacocca, a biblioteca tem 1 mil e 607 livros que poderão ser consultados e emprestados por 230 alunos e familiares. Também passou a funcionar a Biblioteca Cora Coralina, na Escola Municipal CEI Rita Ana de Cassia, no Cajuru.

Outra forma de garantir a presença das famílias na escola foi a inclusão da Escola Municipal Vila Zanon, no Programa Comunidade Escola, que mantém abertas as escolas nos fins de semana. São 85 unidades que oferecem todos os sábados e domingos centenas de atividades gratuitas para os moradores nos bairros.

Famílias das áreas de risco ganham moradia digna

Com a preocupação de garantir digna aos moradores da Capital, o Prefeito Luciano Ducci está reali-

zando um trabalho simultâneo de construção de novas casa a preços acessíveis para quem precisa e, a retirada das famílias das áreas de risco.

O Prefeito determinou à Companhia de Habitação Popular de Curitiba COHAB - a transferência emergencial da Vila Higienópolis - ocupação irregular às margens do rio Atuba - famílias que sofreram com inundações provocadas pelas chuvas no final de abril. As famílias foram reassentadas no Moradias Faxinal, construído no bairro Santa Cândida.

Mais 56 famílias foram transferidas para o conjunto Moradias Faxinal, que conta com casas de até três quartos. A obra representa um investimento de R\$ 8,7 milhões.

Também foram reassentadas, no início de maio, famílias da Vila Savana, uma área de ocupação irregular localizada no bairro do Guabirota. A transferência foi para o Moradias Primavera, empreendimento com 103 casas e sobrados, construído no Uberaba especialmente para abrigar moradores que vivem em situação de risco e insalubridade na Região Leste da Cidade.

Na primeira etapa de mudanças, foram atendidas 34 famílias da vila Savana, em seguida foram transferidas 38 famílias, da vila Lorena, outra área irregular das proximidades. Nas vilas Savana e Lorena, 103 famílias serão reassentadas e outras 163 serão atendidas com urbanização. Para o reassentamento no Moradias Primavera, foram investidos R\$ 2,3 milhões, em recursos da Prefeitura e do Governo Federal.

Só no mês de maio, o Prefeito Luciano Ducci entregou apartamentos para 128 famílias que estavam inscritas no cadastro da Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB. As unidades são nos Residenciais Begônias, Amarílis e Tulipas, na CIC, e beneficiam inscritos com renda entre três e quatro salários. Os três empreendimentos entregues são resultado de parceria entre a Prefeitura, COHAB e Caixa Econômica Federal. Os recursos para as obras - num total de R\$ 4,8 milhões - são Programa de Arrendamento Residencial - PAR.

O Prefeito, também assinou em maio convênio para construção de 96 apartamentos no Alto Boqueirão. O Residencial Serra Azul vai atender famílias inscritas na COHAB, com renda de três a seis salários-mínimos. O investimento no Residencial Serra Azul será de R\$ 5,7 milhões, recursos do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.

No dia 10 de junho, Luciano Ducci assinou contrato para a construção de 560 apartamentos no bairro Cachoeira. Os recursos para as obras virão do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal e somam R\$ 32,9 milhões. As unidades estarão distribuídas e dois empreendimentos, os Residenciais Palmas de Ouro I e Palmas de Ouro II, e serão destinadas a famílias inscritas no cadastro de candidatos a imóveis da COHAB, com renda entre três e seis salários-mínimos.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Trago essas informações à tribuna da Assembleia em primeiro lugar porque as considero extremamente relevantes, já que são informações referentes à Administração Pública Municipal da maior Cidade do Estado, que é Curitiba, e de uma Cidade que é, evidentemente, a Capital de todos os paranaenses. Curitiba não é uma Cidade apenas dos que aqui nasceram, não é uma Cidade apenas dos cidadãos curitibanos, mas Curitiba pertence à toda gente do Paraná.

A nossa Cidade foi colonizada por imigrantes que vieram da Ucrânia, de Portugal, imigrantes judeus, foi colonizada por afrodescendentes, que deram a sua preciosa contribuição e força de trabalho, e continua sendo colonizada principalmente por homens e mulheres de pés vermelhos, que vêm do interior do Paraná ajudar a construir, com sua garra, com sua força de vontade, com seu entusiasmo, esta Cidade cosmopolita, que a cada dia que passa amplia o seu anseio de ser uma Capital solidária, uma Capital em que haja profundo respeito por todas as correntes étnicas, por todas as filosofias, doutrinas políticas e segmentos religiosos. Curitiba tem a vocação para ser, como dizia o velho Bento Munhoz da Rocha Neto: "A terra de todas as gentes". Paraná é a terra de todas as gentes, e Curitiba, sua Capital, é a Capital de todas as gentes.

Por isso fiz aqui esse registro dos 100 primeiros dias de gestão do Prefeito Luciano Ducci. Agradeço a ele pelas obras que foram feitas nas regiões que nós representamos e também agradeço pelas outras obras que foram feitas em regiões representadas por outros Parlamentares desta Casa de Leis. O Prefeito Luciano Ducci está dando sequência a uma filosofia de administração austera e moderna, que foi iniciada pelo Prefeito Beto Richa na Cidade em que vivemos.

Feito esse registro importante, essa avaliação dos primeiros 100 dias da gestão do Prefeito Luciano Ducci, quero também fazer aqui um comentário, na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa. O Hospital Pequeno Príncipe, que é um dos hospitais mais importantes não apenas do Paraná, mas do Brasil, um hospital que atende, Deputado Dobrandino, gente de todos os Municípios deste Estado. O Hospital Pequeno Príncipe está pedindo socorro, ele corre o risco de ter queda na qualidade do atendimento. E esta informação, Deputado Antonio Belinati, foi trazida a esta Casa, nada mais, nada menos, do que pelo diretor do próprio hospital, o Dr. José Álvaro Carneiro. Ele relatou que o déficit anual do Hospital Pequeno Príncipe é hoje de R\$ 7 milhões e meio. É o que, infelizmente, o Hospital Pequeno Príncipe fica devendo por ano. Na reunião da Comissão de Saúde o Dr. José Álvaro Carneiro nos informou também, e prestem atenção nesses dados, Deputado Neivo Beraldin, o senhor que tem uma preocupação com a Saúde, o Hospital Pequeno Príncipe atendeu, no ano passado, 90 mil crianças de todo

o Paraná e do Brasil, de zero a 18 anos, ou seja, adolescentes também foram atendidos, sendo que 70% pelo Sistema Único de Saúde. Dessas 90 mil crianças e adolescentes, Deputado Elio Rusch, 23 mil foram internadas, e 16 mil e 500 receberam intervenção cirúrgica lá no Pequeno Príncipe. Agora, quem vai ao Hospital Pequeno Príncipe sabe que lá não há diferenciação, lá criança que está internada pelo SUS, ou por um convênio particular, recebe o mesmo tratamento, fica no mesmo tipo de quarto, não é inferior o tratamento à criança do SUS, como acontece em outros hospitais do Brasil. Lá existe igualdade, existe respeito às pessoas mais carentes.

Então, temos que ajudar o Hospital Pequeno Príncipe. E é exatamente por isso que quero fazer aqui um pedido muito especial ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Orlando Pessuti, para que libere as emendas coletivas que foram aprovadas por ocasião da votação do orçamento para este ano, no final do ano passado, e que destinam recursos para equipar os hospitais do Paraná, Deputado Jocelito Canto.

Temos várias emendas aprovadas, até algumas delas eu me recordo que o senhor assinou, apoiou essas emendas para a Saúde. Vamos pedir ao Governador Pessuti que se sensibilize e que pague essas emendas, em especial no dia de hoje, estou fazendo o pedido para que pague a emenda de 1 milhão e meio, emenda que não é só minha, é de vários Parlamentares, para ajudar o Hospital Pequeno Príncipe.

Uma outra questão. Existe um hospital, Deputado Scanavaca, que fica na Cidade de Campo Largo. Esse hospital é um braço do Pequeno Príncipe, mas ainda não está funcionando com toda a sua qualidade, porque esse hospital, devido à limitações impostas pelo Governo do Estado, está um pouco travado, ele tem alguns fatores burocráticos que estão atrapalhando, e é um braço do Pequeno Príncipe para atender 100% a população carente, 100% SUS. O seu pleno funcionamento poderia desafogar o Pequeno Príncipe no que diz respeito a atendimentos e cirurgias.

Então, fica também um apelo para que o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual da Saúde, ajude a colocar para funcionar, o mais rápido possível, esse hospital infantil na Cidade de Campo Largo.

Outro dia o nosso amigo Nani, que é um repórter fotográfico dos mais renomados do Paraná, precisou de um atendimento na área de Saúde. Ele pôde ver de perto o quanto é difícil hoje você conseguir bom atendimento pelo SUS. Ele, para a pessoa que ele precisava ajudar, felizmente conseguiu lá no hospital Erasto Gaertner, mas quantas pessoas não conseguem, quantas pessoas têm um parente em situação de desespero, uma pessoa dentro da sua casa precisando ser operada, precisando ser medicada, precisando ser remediada, precisando de ajuda médica e, às vezes, batem à porta de um hospital e ficam horas e horas, dias e dias e até meses na fila esperando pelo atendimento médico. Não é possível! Saúde tem que ser prioridade!

Temos a obrigação de fiscalizar as ações do Governo na área da Saúde e de cobrar, enfaticamente, do Governo, investimentos na Saúde.

Portanto, fica aqui esse pleito ao Governo do Estado pelo funcionamento do Hospital Infantil Pequeno Príncipe em Campo Largo, pelo pagamento das emendas ao Pequeno Príncipe de Curitiba. E um pleito para que o Governo Federal, de uma vez por todas, junto com o Congresso, resolva a situação da Emenda Constitucional nº 029, que visa garantir investimentos dos Estados de, no mínimo, 12% da sua receita líquida na área da Saúde. Saúde deve ser prioridade!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu, por algumas vezes, tenho usado esta tribuna e tenho me referido a algumas ações que o atual Governo está fazendo, algumas ações que está providenciando em final de Governo. No começo do ano começou pelo ex-Governador Roberto Requião, que mandou para esta Casa algumas PECs, alguns projetos para eternizar alguns programas sociais seus e outros programas que são programas administrativos que competem, única e exclusivamente, ao futuro Governador. Já nos manifestamos sobre isso inúmeras vezes. Mas ontem a Assembleia Legislativa recebeu duas mensagens do Governo do Estado. Uma visa criar uma nova Secretaria no Governo, a Secretaria da Mulher. Nada contra! Mas faltando seis meses para o término do Governo, mandar uma mensagem? Quando na verdade, no Governo passado, no Governo Jaime Lerner, tinha a Secretaria da Criança e Assuntos da Família, que visava a família, e a mulher é o alicerce do lar. E essa Secretaria foi extinta pelo Governo Roberto Requião. E agora, faltando seis meses para o término do mandato, manda-se uma mensagem para esta Casa criando uma nova Secretaria. Além de criar essa Secretaria, cria-se mais 12 cargos em comissão. Dois cargos DAS1, dois cargos DAS5, quatro cargos 1C e quatro cargos 2C, totalizando 12 cargos.

Quero deixar bem claro, não que sejamos contra a criação de uma Secretaria, mas poderia ser mais abrangente, da forma como era no passado, Secretaria da Criança e Assuntos da Família. O mais grave que entendo nesse projeto, não traz o impacto financeiro. Ele remete e autoriza o Governador do Estado do Paraná a remanejar, ao seu bel-prazer, os recursos que seriam necessários para a implantação dessa Secretaria. A autorização seria para a Secretaria do Planejamento, para a Secretaria da Fazenda. Quer dizer, não é possível que a Assembleia

Legislativa vai se dar ao luxo de querer aprovar esta mensagem agora.

Sugiro aos Parlamentares aqui da Casa para que deixemos este projeto aqui na Assembleia Legislativa, mas sem analisá-lo, e se fala com o futuro Governador, que não sabemos quem será, se ele tem pretensões de implantar essa Secretaria ou não. Com toda certeza, haverá alteração no organograma administrativo do Governo do Estado, e quem vai fazer isso é o futuro Governador.

Aliás, por falar em Secretarias, é importante que se diga isso, no Governo passado tinha 19 Secretarias e seis Secretarias Especiais. Não sei se todas as seis Secretarias Especiais estavam preenchidas no Governo anterior, mas neste Governo, que está aqui há sete anos, tem 23 Secretarias e nove Secretarias Especiais. Aumentou o número das Secretarias neste Governo quando, na verdade, o discurso deles é um e a prática é outra.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

V. Exa. tem um minuto ou opta pelo horário do seu partido?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Uso o horário do Democratas.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Eu faço esta referência, Presidente, Srs. Deputados, para que a sociedade do Paraná e nós Parlamentares, principalmente, façamos uma reflexão sobre essas mensagens que estão chegando no final do Governo. Quero deixar bem claro que nós da Oposição acreditamos no bom senso dos Srs. Parlamentares, para que não venhamos a apreciar a criação dessa nova Secretaria.

Agora, tem mais, Deputado Pastor Edson, uma outra mensagem que cria mais uma Secretaria, uma é a Secretaria da Mulher e a outra é mais uma Secretaria Especial. Quer dizer, tem nove no organograma do Governo do Estado. Está aqui, é só abrir o site do Governo do Estado e lá checar. A checagem é rápida, nós fizemos. A lei que cria as Secretarias Especiais é de 1987, que criou seis Secretarias, e o Governador Roberto Requião criou mais duas. Eu não encontrei a outra lei ainda que criou mais uma, mas no organograma do Governo do Estado nove Secretarias Especiais foram preenchidas e, agora, mais uma Secretaria Especial, também em final de Governo. Qual é o objetivo? Qual é o significado? Onde o Governo quer chegar?

Nós sabemos que houve, sim, alteração no quadro político de ontem para hoje. Quando fui entrevistado pela imprensa, aqui na Assembleia, eu disse: estou dando uma entrevista agora, mas talvez, na hora em que ela for ao ar ou na hora que estiver escrito nos jornais, o quadro já não será mais o mesmo. E, realmente, o quadro na composição política mudou de ontem para hoje, tanto em nível

majoritário como na proporcional. Na composição do Governo Federal não se sabe ainda o que pode acontecer. No Governo do Estado o quadro também não está definido ainda. Teremos dois candidatos, três, quatro candidatos, talvez até outros candidatos em potencial, alguns partidos ainda poderão lançar, nós não sabemos.

Agora, pelo que a imprensa noticia, Orlando Pessuti não será mais candidato ao Governo do Estado, pelo entendimento e por aquilo que se tem anunciado na imprensa, na madrugada de hoje, nos jornais de hoje, pelo que a televisão tem mostrado. Agora, talvez, quando o Governador Orlando Pessuti, a quem estimamos, mandou esta mensagem, datada do dia 28 de junho, anteontem, ele ainda era um pré-candidato ao Governo do Estado. Ele deixou de ser um pré-candidato na noite de ontem. Então, talvez, ele contava com a vitória no pleito do dia 3 de outubro. Por esta razão, talvez, ele quis submeter à Assembleia para que aprovássemos as duas Secretarias, mas nunca vi isso na história. Alguém sempre dizia: “Nunca na história deste País.” Eu digo: nunca na história do Parlamento do Estado do Paraná e na Administração Pública do nosso Estado se viu algo parecido. Faltando exatamente seis meses, porque hoje, dia 30 de junho, temos seis meses até 31 de dezembro, quando termina o mandato do Governo, mandar duas mensagens para criar duas Secretarias no Governo do Estado. Deixamos isso para o futuro Governo.

A mesma posição, tive também quando falamos, aqui, sobre as PECs, sobre os projetos, quando o Governo quis eternizar os programas do atual Governo, aliás, até entrando na questão administrativa do futuro Governo. Tenho me manifestado nesta tribuna e não poderia ficar calado, neste momento, mesmo antes de serem distribuídas essas duas mensagens para as comissões competentes da Casa.

Seria esta a colocação que eu gostaria de fazer na Sessão de hoje, porque sabemos que poucos Parlamentares estão presentes hoje, entendo o porquê da presença de poucos Parlamentares, eu também vou me retirar daqui a alguns minutos da Sessão, pois hoje é o último dia de fazermos as alianças, as coligações, porque além de ser Deputado, eu sou Secretário Geral do nosso partido no Estado do Paraná, e vamos nos reunir agora para definirmos, efetivamente, as alianças, para fecharmos exatamente a nossa convenção que começou no sábado, a exemplo de todos os partidos no Estado do Paraná, com raras exceções, alguém tem fechado a sua convenção, e vamos fazer isto no dia de hoje.

Por esta razão, acredito que poucos Deputados estejam presentes, aqui, na Sessão, como eu também estou justificando que já estou me retirando da Sessão desta tarde, neste momento, para que possa cuidar de tratamentos administrativos do nosso partido, porque hoje é o último dia para que possamos definir o nosso quadro político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma pena que tenhamos poucos Deputados, aqui, é o negócio das convenções partidárias, dá para entender. Mas, evidentemente que isso poderia ser feito no final de semana, cada partido tem a opção de fazer a opção que mais lhe convier. E o povo, a ele, caberá, tão-somente, a ele, o povo, aos cidadãos, o julgamento da atuação de cada Parlamentar.

Recebi o e-mail do João Zacarias Eduardo: *Olá, Deputado Belinati, vejo a sua luta por um melhor atendimento para nós, os paranaenses, na falta de médicos e outras coisas que faltam. E os Deputados querem pôr dinheiro da COPEL em estádio de futebol. Isso é uma falta de respeito com os paranaenses. Se está sobrando dinheiro na COPEL, vamos primeiro cuidar da nossa casa e depois fazer cortesia com o chapéu dos outros. Deputado Romanelli, olhe primeiro por nós e depois, então, esse problema do estádio.*

Gostei do e-mail do João Zacarias Eduardo, porque ele aborda uma coisa interessante que é o problema da Saúde Pública que continua muito precária, a violência está explodindo cada vez mais grave, clima de tensão, de medo, de pavor, de pânico até de algumas famílias, em uma onda de assaltos, estupros, droga rolando por aí, de maneira vergonhosa. Ainda agora na vitória do Brasil sobre o Chile na Copa do Mundo, a Folha de Londrina estampou a comemoração na minha Cidade de Londrina, onde foi regada a muita bebida alcoólica e a muita droga, em pleno Centro da Cidade. Então, concordo com o cidadão João Zacarias Eduardo, para cuidar e contratar mais médicos, enfermeiros, construir mais UTI, melhorar a saúde para a população trabalhadora, de baixa renda, para os mais pobres, cuidar da segurança e de tantos outros problemas. Continuo contra usar o dinheiro da COPEL, para estádio de futebol. Porque volto a repetir, que se for ajudar um time de futebol teria que ajudar todos os times e não apenas um.

E-mail do Moacir José Tonin: *Deputado Belinati, caro amigo, parabéns pela informação. O eleitor muitas vezes não sabe para onde vai o dinheiro arrecadado. Parabéns, pelo voto contra.* Ele é uma figura querida em Londrina, presidente do Rotary Clube de Londrina Shangrilá. É uma pessoa atuante, uma grande liderança, um apaixonado por esta Cidade e pelo Paraná. Ele é igualmente contra usar dinheiro público, do povo, da COPEL, em estádio de futebol. Volto a insistir, que se está sobrando dinheiro, que se baixe a tarifa de luz. Continua sobrando dinheiro, que se melhore a iluminação pública nas Cidades, porque há muitos bairros, em que a lâmpada não clareia absolutamente nada.

Respeitamos o e-mail do Aníbal Adão, que é a favor de usar o dinheiro da COPEL, no estádio de futebol. Temos que ler aqui as mensagens contrárias e favoráveis, este é o sentido da democracia. Ele diz que baixar o preço da tarifa desse jeito é impossível. Se o investimento for bom, por que não? O estádio é do Atlético. Porque os outros não sabem ser empreendedores ele vai representar o Paraná. Ele se refere ao uso do campo do Atlético, na Copa do Mundo. Muito obrigado ao cidadão Aníbal pela sua opinião, a favor da utilização do dinheiro da COPEL, na reforma e ampliação da Arena da Baixada.

Temos também aqui uma comunicação do Jorge Júnior, que é um dos mais carismáticos apresentadores da televisão de Londrina e Norte do Paraná. Ele está comunicando que vai passar a comandar o programa Cidades no Ar, de segunda a sexta-feira, das 8h30 da manhã e aos sábados, do meio-dia a 1h, na RIC TV, que é a Rede Record em Londrina. Ele é um grande comunicador. Está de parabéns a RIC TV e nós telespectadores, porque veremos um profissional íntegro, honrado, competente e inteligente, no comando de um programa tão importante, que tem por objetivo divulgar as coisas de Londrina e de toda a região. Jorge Júnior, competência você tem e não tenho dúvida da grande audiência que você vai ter nesse programa.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

E-mail do Álvaro André Kowalski. *Parabéns, Meu nome é Álvaro, e vi seu pronunciamento em Plenário contra uso de dinheiro público em coisa privada, término do campo do Atlético. Será que este mesmo valor, poderia ser utilizado com as mesmas vontades políticas para construção de hospitais, escolas, saneamento básico e etc., que deveria ser, sim, o destino deste dinheiro. Assim como seu parecer de diminuir o valor cobrado na conta da luz ou melhorar a própria iluminação pública. Como eleitor, obrigado por olhar por nós.*

Que pergunta inteligente do Álvaro André Kowalski. Basta vontade política.

Muito obrigado, continue mandando mensagens.

O Superior Tribunal de Justiça decidiu ontem que fazer sexo com menor de idade não é mais crime no Brasil. Evidentemente que com o advento da camisinha, do anticoncepcional, é evidente que está havendo muito mais liberalidade. O STJ, Vereador Marcelo Belinati Martins, decidiu que a partir de agora fazer sexo com menor de idade não é mais crime.

Quando ligamos no Faustão no Gugu, na Eliana e outros programas na televisão, lá estão aquelas meninas novas de 13, 14, 15 anos de idade, de vez em quando o apresentador pergunta para a menininha: "Você faz sexo com camisinha ou sem camisinha?" E a menina, que mal conhece a vida, ainda diz: "Ah, só faço sexo com camisinha". Fico imaginando o pai que está em casa imaginando que a filha ainda é virgem. É inegável, nos grandes

centros do País em muito maior quantidade, é evidente que tem havido uma liberalidade maior.

Esperamos que com essa decisão do STJ não venham a ocorrer abusos. Evidentemente que liberar o sexo com menor de idade não ser mais crime não libera do compromisso da paternidade. Mas, é um problema sério.

Tomara que haja responsabilidade a partir do momento da liberação de que não é mais crime, que não proliferem os abusos neste País, porque a mãe, o pai, a família, sofrem muito quando veem o seu filho ou filha com comportamento não compatível com a educação que o pai e a mãe estão dando para o seu filho e para a sua filha.

E, Sr. Presidente Pastor Edson Praczyk, não é verdade que os cachorros não gostam do Requião. É sabido que a Primeira-Dama do Paraná, esposa do Governador Pessuti, escreveu um desabafo, uma carta, e ela, sem citar nome - mas ficou claro que era para o Requião - dizia que é apaixonada pelo marido, Orlando Pessuti, ao contrário de gente que não é amada bem pelos cachorrinhos de sua casa. Não colocou nome, mas o Paraná inteiro, quem leu sabia o que ela estava dizendo, que o Requião não era amado nem pelos cachorrinhos de sua casa.

E hoje o Requião deu o troco. Então, o aviso aqui é importante - o Requião está dizendo o seguinte no twitter, ele mesmo está colocando lá, está desmentindo a esposa do Pessuti - do twitter do Requião, peguei agora há pouco aqui no Fabio Campana - diz aqui o Requião: "Cheguei em casa e meus cachorros abanaram o rabinho. Oh, Deus, ela estava enganada, meus cães me amam!"

Então, está aí para a esposa do Pessuti, o Requião comprovou com os cachorrinhos abanando o rabo para ele que ele é amado, sim, pelos cachorros de sua casa.

Olha o nível da política que está no Paraná! Aí a Segurança fica para depois, a Saúde Pública fica para depois, o estudante que não pode pagar uma faculdade particular fica para depois. Infelizmente. Esperamos um nível mais alto nas discussões dos problemas do Paraná.

Então, está aí, a esposa do Pessuti diz que os cachorros não amam o Requião, e o Requião, ele mesmo, divulgando que os cachorrinhos abanaram o rabo para ele, que ele é amado pelos cachorros de sua casa.

Para terminar, eu sou adversário do Álvaro Dias, toda nossa carreira foi sempre em lados opostos. Começamos como Vereadores em Londrina, em 1968, viemos depois para Deputados Estaduais em 1970, 1974 fomos para Brasília como Deputados Federais. Pois bem, em que pese estarmos em lados opostos, lamento profundamente que a classe política do Paraná não deu o respaldo, o apoio que o Álvaro Dias precisava para ser candidato a Vice-Presidente na chapa do José Serra.

Para mim fala mais alto o Paraná, seja adversário, seja aliado. Seria esta a primeira vez que o Paraná teria chance numa eventual vitória do José Serra de emplacar um Vice-Presidente da República, que lá na frente pode-

ria até, por circunstâncias várias, se efetivar como Presidente da República.

Lamento, Sr. Presidente, que o Álvaro Dias não contou com o respaldo dos seus companheiros do Paraná, volto a repetir, mesmo sendo adversário. Esta foi, talvez, a maior chance que o Paraná teve, chegou muito perto de emplacar um candidato a Vice-Presidente da República e na figura de um homem inteligente, Álvaro Dias, Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador. É uma pena. Mais uma vez venceu a política e o Paraná certamente foi o grande derrotado.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Ainda no Pequeno Expediente, próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde para fazer um agradecimento muito especial ao nosso Governador Orlando Pessuti, por tudo aquilo que ele tem feito pela Cidade de Londrina. Há poucos dias o Governador Pessuti liberou R\$ 10 milhões e 300 mil para recape asfáltico de grandes avenidas em Londrina. Liberou também recursos para recape asfáltico do Jardim Bandeirantes, na Artur Thomas e outras ruas daquele bairro. Já liberou autorização para licitação do viaduto Jaime Dequeche. Ainda ontem o Vice-Prefeito Ribeiro esteve, em nome do Prefeito Barbosa Neto, em Curitiba, onde assinou convênio, uma obra que será feita em conjunto entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Londrina, uma obra sonhada por tanto tempo! Com essa assinatura do convênio vai ser possível a elaboração da licitação, após o que será dada a ordem de serviço.

Ainda hoje pela manhã o Governador Orlando Pessuti liberou mais R\$ 1 milhão para a construção de dois postos de saúde para Londrina. No distrito de Paiquerê teremos uma obra do Governo do Estado, a fundo perdido, um posto de saúde, tão sonhado! Também no Artur Thomas, em Londrina, teremos um posto de saúde construído com o dinheiro do Estado na ordem de R\$ 560 mil.

O Secretário da Saúde do Município de Londrina me telefonava agora há pouco e me agradecia - ele não precisa me agradecer, acho que o povo que vai receber esse benefício é que vai naturalmente agradecer ao Governador Pessuti e a esse grande Prefeito de Londrina chamado Barbosa Neto, um Prefeito que tem se empenhado muito, tem trabalhado como poucos e tem conquistado tantos recursos, tanto do Governo do Estado do Paraná quanto do Governo Federal.

O Município de Londrina talvez seja o Município que mais recebeu convênios do Governo Federal.

Londrina vai, sim, se transformar num grande canti-
teiro de obras, para não dizer que é o Município que está construindo mais de 4 mil casas populares, numa presta-

ção de R\$ 50 e poucos e a mais cara de 130, R\$ 140, sendo que em 10 anos o cidadão fica dono de sua própria casa. Isso se deve à ação de uma equipe de Governo da Prefeitura de Londrina, que viabiliza os projetos, os terrenos, enfim, a assinatura dos convênios, na sequência entram em ação e certamente Londrina, nos próximos dias, será palco de uma Cidade de grandes obras.

Então, quero agradecer muito ao Governador Pesutti por ter essa sensibilidade com a nossa querida Londrina do Belinati, do Cheida, e a Londrina que nós defendemos com muita garra, porque afinal Barbosa Neto é do PDT, meu companheiro de partido.

Amanhã mesmo estarei em Londrina, às 11h da manhã onde lá estarão dos Ministros de Estado para o lançamento da Guarda Municipal de Londrina. São 250 homens e mulheres fardados, armados, preparados, para defender os logradouros públicos da Cidade de Londrina.

Então, para encerrar, Srs. Deputados, mais uma vez quero estender a minha saudação a equipe do Prefeito Barbosa Neto, ao Secretário da Saúde, a Secretária da Educação, da Agricultura e a minha saudação especial a todos aqueles que estão ajudando a fazer com que Londrina se transforme num verdadeiro canteiro de obras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Ainda no Pequeno Expediente a Deputada Rosane Ferreira.

(Declina)

Grande Expediente:

No Grande Expediente o Deputado Jocelito Canto, por 15 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro as boas notícias. Ontem falei aqui sobre a questão que envolve o aumento dos funcionários 5% que não receberam. Acabo de receber confirmação, do Presidente Nelson Justus e do 1º Secretário Alexandre Curi que neste mês que estamos entrando, a Assembleia vai pagar os 10% para os funcionários, 5% do mês passado e mais o 5% deste mês. Ele vai pagar retroativo como o Governo do Estado está fazendo. Uma boa notícia para os nossos funcionários que vão receber.

Segunda boa notícia que envolve também os nossos funcionários, o 13º salário que habitualmente esta Casa na metade do ano paga, estava um papo que não ia pagar - agora segundo o nosso Secretário Alexandre Curi será pago o mês que vem também a metade do 13º salário, como todo ano acontece aos senhores funcionários. Agora sou porta voz das notícias boas.

Por fim há uma resolução que foi aprovada nesta Casa, que os funcionários que tem curso superior têm

direito a um aumento como receberam os cargos de comissão. Garantiu-me agora, também, o Secretário Alexandre Curi que fará o pagamento no mês que vem também, porque é uma Resolução, já votada e que é direito dos funcionários. São três notícias boas.

A última notícia que ainda depende de poucas coisas, é que no final do ano, a Presidência está estudando as condições de pagar a URV dos nossos funcionários, nem que seja em 10 pagamentos, como pagou o Ministério Público, como pagou o Tribunal de Justiça, como pagou o tribunal de Contas. Eu vou ficar aqui “enchendo o saco” deles até o fim do ano. Enquanto eles não pagarem eu não paro. Acho que eles vão pagar, até porque tem dinheiro sobrando. É um direito dos funcionários desta Casa.

Fiz um pedido de informação, é uma notícia muito importante, foi mais rápida que a Dra. Regina Portes, lá do Tribunal de Justiça. Disse que ela foi um serelepe outro dia e mandou a resposta a uma pergunta que fiz. Acabo de receber, aqui, e vou ler na íntegra o que diz o documento que recebi da Assembleia, já, referente àquelas confusões de cargos, que envolve o Governador Pesutti. É uma notícia, neste momento, que recebi da Presidência, baseada naqueles documentos que pedi ontem.

Vou ler um parecer assinado pelo Dr. Ayrton Costa Loyola Procurador da Casa emitida através de um pedido que fiz e que diz o seguinte:

(Lê):

Trata-se de requerimento formulado pelo ilustre Parlamentar Deputado Estadual Jocelito Canto através do qual solicita informações concernentes aos servidores efetivos desta Casa de Leis, para tanto, formulada as seguintes indagações:

a) quantos foram os servidores beneficiados pela citada Lei nº 10219/02, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná? Anexar relação destes servidores.

Foram devidamente enquadrados os servidores estáveis (Lei Estadual nº 10219/92) integrantes do quadro funcional desta Casa de Leis, com fundamento na Lei Autorizatória nº 13950/02, e nas Resoluções nºs 007/04 e 009/05, no total de 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) servidores o que ocorreu através do Ato da Comissão Executiva nº 174/05 fls. 90, 107 - nos mesmos moldes e diretrizes adotados pelo Poder Executivo - Lei nº 13666 cinco de julho de dois mil e dois - Poder Judiciário - Resolução nº 003/93, compreendendo servidores do Tribunal de Justiça - Lei nº 11179 12 de maio de 1997, e do Tribunal de Alçada - Lei nº 11737 02 de junho de 1997, e do Tribunal de Contas - Lei nº 9436 de 9 de novembro de 1990. Vale ressaltar que alguns destes servidores já se aposentaram ou faleceram. Fotocópia do Ato da Comissão, no qual consta a relação ora requerida, em anexo.

b) A citada lei beneficiava apenas os servidores regidos pela CLT. Foram beneficiados também ocupantes de cargos em comissão no âmbito desta Casa de Leis? Quantos? Qual a justificativa para tal ato se o parágrafo 1º da referida lei excluía expressamente os ocupantes

temporários, ou seja, comissionados? Anexar relação contendo os nomes destes servidores.

À primeira indagação. Não. Às segunda e terceira indagações: prejudicadas, haja vista a resposta negativa à primeira, o que impede, por óbvio, o fornecimento de qualquer relação de comissionados beneficiados pelo ato de enquadramento, pois inexistente.

c) Houve incorporação de servidores de outros Poderes como servidores efetivos desta Casa de Leis quando da alteração de Regime Jurídico? Quantos? Qual a origem funcional deles? Qual a justificativa jurídica para isso?

Por ocasião do enquadramento funcional, realizado no exercício de 2005, foram analisadas, pela Comissão de Enquadramento Funcional, constituída especialmente para este fim, nomeada através do Ato da Comissão Executiva nº 115/05, às fichas funcionais dos servidores estáveis integrantes do Quadro Funcional deste Poder Legislativo, bem como as fichas preenchidas de próprio punho por cada um deles, avaliadas pelos seus Chefes imediatos e Diretores, procedendo-se ao enquadramento, de acordo com as informações nelas fornecidas e, em consonância com os requisitos previstos nos Atos Normativos acima citados e critérios objetivos e subjetivos de avaliação. Ao passo que, relativamente à época da alteração do regime jurídico, ocorrida em 1992, restam prejudicadas as respostas aos questionamentos supra elencados, em razão do incêndio ocorrido nas dependências deste Poder Legislativo em 1994, que consumiu muitos documentos arquivados na Diretoria de Pessoal.

d) Houve a efetivação de servidores contratados em Regime CLT ou cargos em comissão após a publicação da referida Lei nº 10219/92? Por que razão? Qual a justificativa jurídica para tanto?

À primeira indagação; não. Às demais, prejudicadas em razão da negativa anterior.

Era o que tínhamos a informar, colocando-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Aqui está o documento apresentado, que recebi agora, na verdade é o Parecer nº 320/10, da Procuradoria. E ainda cabem algumas dúvidas. E que vamos, na sequência, pedir mais algumas informações, porque eu não estou contente, ainda, com o resultado deste parecer. Acho que tem que ser mais específico e apontar algumas coisas que precisamos saber. Esse é um parecer muito genérico, e queremos coisas objetivas.

Vou solicitar à Mesa que peça que o parecer seja mais objetivo, para termos mais condições de chegarmos aonde queremos. Aqui, na verdade, é aquilo que chamamos de “convênio guarda-chuva”, que você põe sempre para deixar um buraquinho.

Sinceramente, não estou satisfeito com as respostas. Vou buscar mais informações, porque acho que estão faltando informações. O que queremos saber, na verdade, não está informando aqui. Acho que é dever desta Casa dar informações que são necessárias para impedir as notí-

cias publicadas, as versões apresentadas, e que acabam prejudicando pessoas de bem.

Este é o motivo, porque recebi este requerimento agora. É a primeira leitura que fiz, porque recebi agora, neste momento. E vamos analisar, na sequência, para pedir outras informações que possam complementar tudo aquilo que se fala a respeito desses cargos que foram contratados e de que forma foram contratados, como foram contratados, se podia ou não podia. A dúvida ainda permanece, Sr. Presidente.

Por isso, vou buscar mais informações, porque acho que a Assembleia precisa fazer os esclarecimentos, independente de qual o período que seja: antes, depois, no passado, com incêndio ou sem incêndio.

Precisamos passar a limpo algumas coisas que a poluição está pedindo. É o momento. Estamos vivendo uma nova era e esta nova era permite, temos que ser assim. As coisas do passado morreram. Agora, são coisas modernas que devem acontecer, baseadas principalmente na transparência.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Horários das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

No horário destinado ao PMDB, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente e nobres Pares.

Presidente, tal qual muitas pessoas debatem sobre a questão ambiental, também tenho visto com muita preocupação essa tentativa de mudança do Código Florestal Brasileiro. Isso não seria problema nenhum se ficasse no âmbito da poesia, no âmbito da discussão teórica, se essa matéria não tivesse nenhuma tradução específica para a vida das pessoas, principalmente para a economia do País, um País que é um verdadeira continente, um País eminentemente agrícola e que se serve dos recursos ambientais como forma de promover o bem-estar comum, a cidadania, enfim, a vida melhor às pessoas.

Pois bem, há muitos anos se tenta mudar o chamado Código Florestal Brasileira, que diz, por mal dos pecados, segundo a lei aprovada há praticamente 40 anos, que cada região do Brasil deve, nas suas propriedades rurais, deixar uma área de 20% no caso do Sul do País do País, 35% no Centro-Oeste, 80% no Norte de reserva legal, e as margens dos nossos rios terem uma adequação de mata ciliar, ou seja, uma vegetação arbórea nativa dependendo do tamanho da caixa do rio.

É exatamente isso que querem mudar, sob o pretexto de que temos que ter mais áreas para o plantio, de que temos que ter mais áreas para o plantio, de que o Brasil precisa plantar mais naquele grande afã do desenvolvi-

mento, vendo a natureza apenas como uma mercadoria. Não sou daqueles que partilha desse tipo de pensamento, e acho que nós, daqui do Paraná principalmente, um Estado que tem 20 milhões de hectares, um Estado que produz 25% de toda a safra de grãos do Brasil, um estado que tem 2% do Brasil mas que é responsável por 1/4 da sua produção nacional de grãos e que tem um modelo que é, muitas vezes, criticado e outras vezes invejado e cobinado por outros, mas que tem um resultado na agricultura que desenvolve.

Pois bem, nós estamos, há oito anos, em um trabalho que o Governo do Estado vem fazendo junto com a sociedade, onde entra até a CNBB, onde entra também a EMBRAPA, o Ministério Público e outras instituições e entidades, promovendo um verdadeiro reflorestamento nativo no Estado do Paraná, mas sem prejuízo de ninguém.

Não acredito que um agricultor, por ter que cumprir a legislação de deixar os 30 metros na beira de um rio, vai perder a sua propriedade ou vai passar fome por conta disso. O que temos visto, na verdade, são os grandes detentores de terras no Brasil, alguns inclusive estrangeiros, outros consorciados com o capital internacional, mas o grande latifúndio fazer pressão na Confederação Nacional da Agricultura, a CNA, para que tenhamos uma mudança no Código Florestal Brasileiro. O que temos visto é um movimento retrógrado e aparentemente com bandeira de progresso, querendo inserir o País no mercado internacional de produção de alimentos, mas que na verdade é um verdadeiro desastre. Estão aí as intempéries, as mudanças climáticas, está aí o aumento do custo da produção, porque apenas os fertilizantes, que são usados em escala cada vez maior, porque a terra se exaure levada para dentro dos rios, pela chuva ou pelos ventos, porque não existem matas ciliares, somente esses tipos de insumos representam mais de 30% na agregação do preço final do produto. Ou seja, se a dona de casa deixa de comer o arroz e feijão e muitas vezes diminui a carne, até porque o boi pode não fazer fotossíntese, mas ele tem que comer a grama que também recebeu energia do sol, então depende obviamente da natureza e dos vegetais.

Nós, por outro lado, estamos imaginando que possa se estar fazendo o bem, e se está fazendo o mal. Isso sem contar que o Paraná, dependendo do território, se falássemos aqui apenas no Noroeste do Estado estaríamos falando numa perda brutal de solo, só o rio Ivaí joga para dentro do rio Paraná, Deputado Teruo Kato, ali da sua região, tirado do Noroeste do Paraná, mais de 20 milhões de toneladas de sedimento, e sedimento é solo fértil que saiu das propriedades, e saiu das propriedades porque elas não têm anteparo, não têm proteção. E a natureza leva 500 anos para fazer um centímetro de solo, que às vezes em minutos se perde para dentro das águas, e o que se perde, se perde para sempre, porque não adianta buscar no fundo do rio a areia que outrora era solo fértil, o que foi parta dentro do rio se foi para sempre, e a

natureza não fará de novo. E aí, nós, apostando na ciência e na tecnologia, vamos buscar no mercado, na loja, o pacote de fertilizante, de agrotóxico, para repor a burrice que foi deixar exaurir um solo, porque queremos ser modernos, fazer como a Alemanha, a Dinamarca e a Finlândia, num meio ambiente diferente, onde lá eles deixam cinco, 10 metros de mata ciliar.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Cheida, quero parabenizá-lo, me somar ao vosso pronunciamento, e dizer mais: feliz é o Estado e a Cidade que tem uma pessoa como o senhor a representação no Legislativo. Parabéns. e o senhor defende com maestria o meio ambiente, e defendendo o meio ambiente o senhor defende a vida e todos nós.

Em nome da produtividade, em nome da defesa da nossa agricultura, se levanta essa questão das mudanças do Código Florestal. Eu quero falar claramente. Há quatro anos atrás, quando eu estava fazendo campanha para vir para esta Casa, me deparava com uma situação impressionante no Paraná: lavouras inteiras de batata eram abandonadas no nosso solo por falta de preço, simplesmente não valia a pena recolher as batatas plantadas. Em compensação, este ano nós tivemos um dia em que a batata chegou ao preço de R\$ 3,60 o quilo, e faltava batata.

Então, a questão da produtividade da agricultura não são as limitações ambientais que são o problema, a questão da agricultura é a falta de regulamentação, é falta de tecnologia e falta de apoio aos agricultores, principalmente aos pequenos agricultores, principalmente no regulamentar o que plantar, como plantar.

Hoje a plantação de batata dá lucro, no ano que vem todo mundo planta batata e a batata fica no solo porque o preço cai. Então, precisamos de um outro tipo de política. Não são as questões ambientais que prejudicam a nossa agricultura. É claro que algumas coisas temos que ver, é claro que temos que rever a política da preservação da araucária, por exemplo, até para que todos nós sejamos sócios, nos ajuntemos nessa política, que o pinheiro araucária não seja um problema quando ele nasce na agricultura, ou lá no meio da roça, ou mesmo nos centros urbanos. Agora, mudar em nome da produtividade é um grande erro, é um grande equívoco. Nós estamos retrocedendo.

Ontem o Ministério Público Federal colocou uma nota oficial criticando as mudanças propostas pelo Deputado Aldo Rebelo.

Essa matéria será votada só depois das eleições, e até lá temos que discutir muito essa questão para não correr o risco de deixarmos a vida na terra, no nosso planeta, inviável, principalmente porque temos um compromisso, sim, com as futuras gerações.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Eu que agradeço o seu aparte, Deputada. Só nos enchem de orgulho também as suas reflexões a esse respeito. E é exatamente a esse respeito. E é exatamente com relação a essa data da votação no Congresso Nacional que me fez ocupar a tribuna. Temos que refletir mais. Essa conversa de cotarmos no afogadilho cheira mal para a própria biografia do Deputado Aldo Rebelo, que é o relator dessa matéria. Espero que o Congresso tenha o bom senso de adiar essa discussão para após as eleições.

Não tenho dúvida que o Código Florestal deve e pode ser melhorado. Agora, instituir o pagamento por serviços ambientais, que era o que resolveria para o agricultor que preserva, isso ninguém está falando com a mesma ênfase. Vamos punir quem faz o errado, mas vamos bonificar quem faz o certo. Se o agricultor preservar a sua propriedade ele deve receber por isso, porque faz um serviço ambiental. Este que deveria ser o contraponto na discussão da reformulação retrógrada, realmente anacrônica e atrasada que tentam fazer com o Código Florestal Brasileiro.

Espero que o Brasil reflita sobre isso e não permita esse passo atrás, que pode significar grandes danos no futuro que tem pela frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN.

(Declina)

Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna para registrar que, há algumas semanas, protocolei um projeto de lei que institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Cerco da Lapa, a ser comemorado anualmente no dia 09 de fevereiro. Esse projeto de lei tramitou rapidamente, foi prontamente acolhido pela Mesa Executiva. Ontem foi aprovado pela CCJ e deve vir para cá brevemente para que seja votado pelo Plenário.

Ontem, para uma emoção sem tamanho minha, e quero compartilhar com todos que me ouvem aqui, recebi, da Cidade da Lapa, o título de Cidadão Honorário. O primeiro título de Cidadã Honorária a gente nunca esquece. Posso garantir a todos que foi uma grande emoção, até porque a Cidade da Lapa é uma pérola. Quem não conhece a Cidade da Lapa não pode deixar de conhecê-la. É uma Cidade de suma importância para a história no nosso Estado e País. Todos devem conhecer a Lapa. Pela sua história, pelo museu, pelo teatro, pela

Gruta do Monge, mas principalmente pela sua gente. O povo da Lapa é muito bom.

(Lê):

“A Lapa, fundada por volta de 1731, é uma das mais importantes Cidades históricas e turísticas do Estado do Paraná, conhecida pela Gruta do Monge e pelos monumentos e documentos históricos do Cerco da Lapa.

O Cerco da Lapa refere-se aos 26 dias, de 17 de janeiro a 9 de fevereiro, em que o batalhão chefiado pelo General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, formado por 639 homens das Forças Repúblicas (pica-paus), com o apoio da população, enfrentou e resistiu bravamente às Forças Revolucionárias formadas por cerca de 3 mil combatentes (maragatos), membros do Exército Libertador, comandados por Gumercindos Saraiva, na Revolução Federalista de 1984.

A Revolução Federalista teve início no Rio Grande do Sul e se alastrou pelos três Estados do Sul, chegando até o Rio de Janeiro, com objetivo de depor o Marechal Floriano Peixoto. Em sua ofensiva, os rebeldes tomaram as Cidades de Tijucas, Paranaguá e Curitiba, sendo a Lapa o último obstáculo de residência para as forças contrárias à República.

A Cidade da Lapa comemora todo ano o Cerco da Lapa no dia 09 de fevereiro, data do final do conflito e da morte do General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, com evento cívico militar realizado no Panteon do Heróis, que objetiva relembrar e homenagear os participantes do episódio ocorrido em 1894.

O Cerco da Lapa, uma das mais importantes páginas da história da República Brasileira e do Estado do Paraná, vem recebendo pouco destaque e divulgação fora da Cidade da Lapa e entre as novas gerações, o que justifica seu reconhecimento pelo Estado do Paraná por meio da instituição da data comemorativa estadual, como forma de contribuir e incentivar com suas abordagens nas grades curriculares de escolas e universidades, nos meios de comunicação e na promoção do turismo histórico e cultural na Cidade, onde os visitantes têm acesso a memória, documento e monumentos históricos que permitem vivenciar o passado e contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica, da identidade e da cidadania republicana e paranaense.”

Foi por esta razão que eu propus a criação desta data e é por esta razão que, esta semana, devemos trazer esta matéria para o Plenário e vou solicitar o apoio dos Srs. Deputados. Tenho certeza, Deputado Duílio Genari, que toda esta Casa de Leis votará, porque sabe a importância deste evento.

Enfim, mais uma vez reforço às pessoas: quem não conhece a Lapa, conheça. Limpa, linda, bem cuidada. Hoje, temos como Prefeito da Lapa o Sr. Paulo César Furiati, que já foi Deputado nesta Casa, que vem fazendo um grande trabalho lá. Sempre que podemos, daqui também contribuimos com aquela Cidade, porque ela é grandiosa.

A outra razão que me faz usar a tribuna é porque recebemos, ontem, nesta Casa, uma mensagem do Exmo. Sr. Governador Orlando Pessuti, falando sobre a constituição e a criação da Secretaria Estadual da Mulher. Algumas pessoas falam da brevidade de tempo, do final de Governo, por que não o fizeram antes. Não fizeram antes porque o Governador Pessuti não era o Governador antes, ele era o Vice-Governador, e por isso que não o fez. Assim que o Governador Pessuti assumiu o Governo estivemos conversando com ele, com a Dona Regina, eu como Presidente da Comissão de Defesa dos Diretos da Mulher, Criança e Adolescente, e discutíamos, sim, a necessidade de termos esta pasta no Estado do Paraná.

Hoje, temos um Ministério dedicado ao gênero feminino. Tínhamos uma Secretaria Especial de Defesa de Políticas Públicas para a Mulher que evoluiu, e hoje tem o caráter de Ministério de Defesa de Políticas Públicas para a Mulher. E por que não termos aqui no Estado do Paraná uma Secretaria para cuidar da questão do gênero feminino? Já somos maioria absoluta da população, já somos maioria dos eleitores do Paraná. A cada dia cresce mais a responsabilidade da mulher, como provedora, como cuidadora, principalmente a cada dia estamos mais ocupando espaços aí, afora, na sociedade, no mercado de trabalho. Precisamos rever, sim, as políticas de proteção. Não falo de políticas de proteção à mulher, especificamente, mas quando protegemos a mulher, protegemos a família, e principalmente as nossas crianças, os nossos adolescentes. E temos que discutir, sim, ainda temos muita violência contra a mulher, ainda temos muita dificuldade de acesso a muitos serviços de saúde, como bem colocou em outro momento aqui, e foi debatida nesta Casa a questão da mamografia, ainda temos que preparar as mulheres para o mercado de trabalho. Então, precisamos, sim, discutir isso.

Tenho absoluta certeza que o investimento em cima da criação de uma secretaria específica para discutir políticas públicas da mulher será suplantada e será muito menor do que os benefícios que essa Secretaria trará para toda a sociedade.

Parabéns para o Governador Orlando Pessuti pela sua sensibilidade. Procuramos muitas vezes debater esse assunto, queremos ver se até o final deste ano conseguimos colocar novamente para funcionar, para trabalhar junto às mulheres do nosso Paraná, Conselho Estadual de Defesa da Mulher, que está durante toda esta legislatura inoperante. Então, tem muitas coisa a fazer. E acho que antes tarde do que nunca, é um adágio popular e é real, e temos que trabalhar para isso.

Parabéns ao Governador. Vamos fazer com que essa mensagem transite rapidamente. Vou pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas desta Casa para que possamos aprovar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2253, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de julho (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão, com diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 737/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que proíbe a manutenção e a comercialização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais, e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 737/07
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, em todo o território paranaenses, a apresentação, a manutenção e a utilização, sob qualquer pretexto ou justificativa, de animais selváticos e/ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses.

Art. 2º Fica excluída da proibição de que trata o artigo 1º desta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seus donos.

Parágrafo Único. Os circos só poderá de desfazer dos animais quando os mesmos forem recebidos por zoológicos ou similares.

Art. 3º A referência do artigo anterior, não exime das responsabilidades legais ou penais, os seus donos em eventuais danos morais ou físicos.

Art. 4º A desobediência ao contido nesta lei, implicará nas seguintes sanções:

I - interdição imediata do espetáculo;

II - cancelamento da licença de funcionamento da empresa promotora de espetáculo;

III - pagamento de multa a ser estipulada pelo órgão expedidor do alvará de funcionamento.

Art. 5º Independentemente das sanções previstas na presente lei, poderá sofrer outras sanções federais ou municipais, bem como o devido processo criminal pertinente.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/06/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 268/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública a Associação Madre Terra, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 064/10, de 14/06/10, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que insere, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia de Parana-guá em Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/10, que objetiva dar nova redação ao parágrafo 1º, do artigo 1º da Lei nº 14231, de 26/11/03, que define critérios de escolha de diretores e diretoras auxiliares da rede estadual de educação básica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas a emendas.**

Está em votação o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para registrar a felicidade de estarmos votando em 3ª discussão, que é a última, esse projeto de lei do Poder Executivo, que define os critérios de escolha de diretores e auxiliares da rede de educação básica. Lembrar nesse momento dessa votação tão importante, que muitas pessoas, muitos professores que nem estão mais lecionando no educandário do Colégio Estadual do Paraná, como os professores Marli e Vanderlei, seus estudantes, os Deputados que defenderam esse projeto. Acho que é um avanço no processo democrático. Se os demais colégios fazem essa escolha, por que não o maior e mais tradicional colégio do Paraná? O nosso encaminhamento é para que seja favorável a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Em votação o projeto.

Aprovado.

(Aplausos)

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/10, fica acrescido ao Anexo I da Lei Estadual nº 14269, de 23/12/03, o quantitativo de cargos de professor de ensino superior da carreira de Magistério Superior, destinados às instituições estaduais de ensino superior (IEES), conforme consta do Anexo I, desta lei. SEM PARECER (COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO).

PROJETO DE LEI Nº 201/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido ao Anexo I da Lei Estadual nº 14269, de 23/12/03, o quantitativo de cargos de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Superior, destinados às Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), conforme consta do Anexo I, desta lei.

Art. 2º O provimento dos cargos, previsto no artigo 1º desta lei, depende de autorização governamental e deverá ater-se ao limite da disponibilidade orçamentária e financeira nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/05/10.

(a) PODER EXECUTIVO

ANEXO I A que se refere a Lei nº 201/10 Cargos de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná			
Instituições Estaduais de Ensino Superior	Cargos Quantificados pela Lei Estadual nº 14269/03	Cargos Quantificados por esta Lei Estadual	TOTAL
Universidade Estadual de Londrina - UEL	1.919	37	1.956
Universidade Estadual de Maringá - UEM	1.482	208	1.690
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	884	134	1.018
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	1.138	169	1.307
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO	512	217	729
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP	410	54	464
Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP	137	19	156
Faculdades de Artes do Paraná - FAP	131	29	160
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Paranaguá - FAFIPAR	125	0	125
Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA	139	0	139
Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM	177	9	186
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFIUV	106	5	111
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA	179	3	182
Total Geral	7.339	884	8.223

Em discussão. Em votação.

É importante dizer, Srs. Deputados, como o mesmo está sem parecer, há um requerimento nº 2233, de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Élio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 30/06/10, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 273, 201 e também do Projeto de Lei nº 308/10. **Aprovado.**

Tendo em vista a aprovação do requerimento, requeremos para dar o parecer pela CCJ, Deputado Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

(Lê):

“O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo acresce ao Anexo I da Lei Estadual nº 14269, de

23/12/03, o quantitativo de cargos de professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Superior, destinados às Instituições Estaduais de Ensino Superior IEES, conforme consta do Anexo I, desta lei.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a esta projeto de lei.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator”

Da fundamentação do parecer, quanto aos aspectos sobre os quais deve essa Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, chefe do Poder Executivo, estando portanto presente o princípio da admissibilidade.

E como conclusão, Sr. Presidente, esta relatoria chamada a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade técnica e legislativa, manifesta o seu parecer favorável a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Srs. Deputados, em votação o parecer do relator.

Aprovado.

Esta Mesa designa para o parecer da Comissão de Finanças, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Honrado pela designação feita pela Presidência, apresento aqui em Comissão Geral o parecer pela Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 201/10.

(Lê):

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 201/10
MENSAGEM 038/10

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, acresce ao Anexo I da Lei Estadual nº 14269, de 23/12/03, o quantitativo de cargos de professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Superior, destinados às Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), conforme consta do Anexo I, desta lei.

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise está acompanhada do incluso impacto financeiro, não encontrando nenhum óbice para sua tramitação.

É o relatório.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator”

Assim chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Srs. Deputados, em votação o parecer do relator.

Aprovado.

Está em votação em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 201/10. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/10, que cria no âmbito do Poder Público Estadual, cargos de provimento em comissão, conforme especifica. SEM PARECER (COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO) (**Publ. no DA nº 064/10, de 14/06/10 em Mensagens**).

Em discussão. Em votação.

Solicitamos que o Deputado Cheida faça a leitura do relatório pela CCJ.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

(Lê):

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 273/10
MENSAGEM 051/10

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a criação dos cargos de provimento em comissão que especifica, para a instalação de Unidades Regionais na Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, criada pela Lei nº 11354, de 14/03/96, para a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator”

Nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Srs. Deputados, em votação o parecer do Deputado Luiz Eduardo Cheida. **Aprovado.**

Esta Presidência solicita que o Deputado Luiz Claudio Romanelli faça a leitura do parecer pela Comissão de Finanças.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, designado por essa Presidência, apresento aqui o parecer pela Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 273/10, relativo a Mensagem nº 051, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a criação dos cargos de provimento em comissão, que especifica.

(Lê):

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 273/10
MENSAGEM 051/10

P A R E C E R :**Relatório**

O Projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre criação dos cargos de provimento em comissão que especifica, para a instalação de Unidades Regionais na Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, criada pela Lei nº 11354, de 14/03/96, para a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o Instituto Ambiental do Paraná -IAP.

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise está acompanhada do incluso impacto financeiro, não encontrando nenhum óbice para sua tramitação.

É o relatório.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator”

Apenas, Sr. Presidente, acrescentando que isto aqui é uma luta muito grande do legítimo representante da região do médio Noroeste que vai ter como sede a Cidade de Cianorte e este projeto está sendo votado hoje em homenagem ao grande parlamentar, Deputado Jonas Guimarães.

O nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Em votação o parecer do relator, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 06 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 273/10. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2255, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2256, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2257, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2258, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2259 a 2262, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2263 a 2265, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2267, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Consulto V. Exa. se não há um requerimento na mesa pedindo dispensa de redação final dos projetos votados em 3º discussão?

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Somos informados, Deputado Caíto Quintana, que não há nenhuma proposta que se enquadre nessa solicitação. Na próxima Sessão sim.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 01 de julho (quinta-feira), conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Teruo Kato, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 125/10.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201 e 273/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 631/09, 276 e 308/10.

Levanta-se a Sessão.

72ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 72ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE JUNHO DE 2010**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, secretariado pelos Srs. Deputados Duílio Genari e Teruo Kato.

Presenças:

Às dezesseis horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Valdir Rossoni, Elton Welter, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Enio Verri, Fábio Camargo, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Rafael Greca e Stephanes Júnior (16).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Artagão Júnior e Wilson Quinteiro (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 01 de julho (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO
Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO
Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Ordem do Dia:O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 2268, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, requerendo que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão, com diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)**ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 125/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº

011/10, fica regulamentado o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/04, de 15/03/04, que tem como objetivo oferecer formação continuada para o professor da Rede Pública de Ensino do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

VOTO EM SEPARADO CONTRÁRIO
EMENDAS DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 125/10

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se o projeto de lei em epígrafe de mensagem do Sr. Governador do Estado do Paraná, que objetiva regulamentar o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o professor da rede pública de ensino do Paraná.

Aprovado o relatório da lavra do Deputado Luiz Claudio Romanelli nesta Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei em apreço foi enviado a Comissão de Educação onde também recebeu parecer favorável, conforme parecer do Deputado Teruo Kato.

Indo a plenário no dia 18 de maio de 2010, recebeu as seguintes emendas:

Emenda nº 01

“Art. 12. A progressão dos professores no Nível III ocorrerá através do desenvolvimento de atividades de docência, de assessoria ou por meio daquelas previstas na Lei Complementar nº 103/04, regulamentadas por Resolução Própria.”

Emenda nº 02

Modifica o *caput* do artigo 10 e suprime os incisos I e II.

“Art. 10. Será afastado do Programa de Desenvolvimento Educacional o professor que perder atividade, prevista no programa, que não tenha condições de ser repostas sem justificativa legal.”

Emenda nº 03

“Art. 17. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o parágrafo 4º, do inciso IV, do artigo 11 e o artigo 21 da Lei Complementar nº 103/04.”

Emenda nº 04

“Art. 14. Suprimir”.

É o relatório.

Fundamentação do Parecer

Srs. Deputados, as emendas de números 01, 02, 03 e 04, não encontram guarida na Constituição Estadual.

Ferem o inciso IV, do artigo 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

Quanto a Emenda de nº 01 se considerarmos que o professor PDE recebe uma formação continuada diferenciada, contando com investimentos significativos do Estado e, portanto, possui condições para atuar como docentes e realizar assessorias nas escolas da rede estadual. Dessa forma, as atividades propostas no artigo 12 justificam a atuação do professor PDE para além das atividades tradicionais de formação já propostas pela SEED. Assim, entendemos ser importante a manutenção da sua redação.

Já a Emenda de nº 02, além da sua inconstitucionalidade explanada acima, o texto original do artigo 10 garante ao professor retornar ao programa na turma subsequente ao seu período da licença médica. Portanto, o artigo não exclui o professor do programa nestes casos, mas pretende garantir a qualidade pedagógica da participação do professor no programa.

Com relação a Emenda de nº 04 apresenta-se em dissonância com a boa técnica legislativa e com nosso próprio regimento, além do que o assunto tratado no texto original do projeto de lei sempre esteve presente nas discussões do magistério, que é a relação entre espaço/tempo e os critérios para a progressão na carreira. Quando não existia o nível 3, o argumento era de que em pouco tempo o professor chegava ao final do nível 2 e ali estagnava, sem possibilidade e motivação para dar continuidade ao seu processo formativo.

Por sua vez, a implantação do Plano de Carreira através da Lei Complementar nº 103/04 e na sequência a do PDE exigiu que fossem repensadas as formas de progressão no nível 3, condizentes com a formação e experiência desses profissionais. Assim a proposta para progressão no nível 3 contempla outras atividades como docência e assessoria dos demais professores da rede estadual sem, contudo, deixar de considerar as atividades tradicionais de participação em cursos, seminários, grupos de estudos, jornada pedagógica, para que todos os professores possam usufruir da possibilidade de progressão no nível 3.

Também há que se considerar o fato de que o acúmulo de pontos de uma progressão para outra, faz com que a progressão no nível 3 (após o PDE) seja acelerada, ocasionando um impacto financeiro considerável ao erário público, o que é vedado pela Carta Estadual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto a Emenda nº 03, esta também se apresenta inconstitucional, tendo em vista que sua aprovação ocasionará o mesmo impacto financeiro ao erário público da

Emenda nº 04 o que é vedado para Constituição Estadual bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, não estão obedecidos os preceitos constitucionais e infraconstitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa, com relação às Emendas de nºs 01, 02, 03 e 04 ao Projeto de Lei Complementar nº 125/10.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso voto em separado é contrário às Emendas de Plenário de nºs 01, 02, 03 e 04.

Sala das Comissões, em 14/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FERNANDO SCANAVACA - Relator

Apoiamento:

Artagão Junior, Nereu Moura, Caíto Quintana e Jocelito Canto.

Tadeu Veneri - voto contrário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, apenas para que haja uma compreensão, há uma norma na Casa que não permite que emendas rejeitadas na CCJ venham para o Plenário com rejeição, porque evidentemente seria desnecessário votar na CCJ se tanto faz, a favor ou contra elas viessem para cá. Portanto estas emendas, estive explicando isso para os Deputados interessados, não tem como trazê-las, acho que o maior deve ser preservado, precisamos votar isso até o dia 30, razão pela qual o caminho que nos resta para estas emendas que foram rejeitadas, será uma conversação com a Secretaria da Educação que se mostra favorável a discutir o assunto, que se encontre uma forma regimental administrativa ou se encaminhe um novo projeto para esta Casa.

Mas, de qualquer forma votemos o projeto da forma como ele veio ao Plenário para que possamos, definitivamente, terminar com este assunto, há tanto tempo solicitado e acho que culmina dia 30 deste mês, com uma grande homenagem que se procede à categoria dos professores.

Era isso, Sr. Presidente, com a declaração favorável à votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Em votação o projeto. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/10, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública o Instituto Lucan de Educação Especializada - ILEESP, com sede e foro no Município de

Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/10, de 05/05/10, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/10, fica acrescido ao Anexo I da Lei Estadual nº 14269, de 23/12/03, o quantitativo de cargos de professor de Ensino Superior da carreira do Magistério Superior, destinados às Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), conforme consta no Anexo I, desta lei. COM PARECERES DA CCJ E CF. (COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO). **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/10, que cria no âmbito do Poder Público Estadual, cargos de provimento em comissão, conforme especifica COM PARECERES DA CCJ E CF. (COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO). **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que fica denominado de Gilberto de Andrade Halila, o trevo da PR-151, na entrada da sede do Município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 139/09, de 16/11/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 631/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo homenagear o Sr. Gilberto de Andrade Halila nominando o Trevo da PR-151, em São João do Triunfo/PR.

Fundamentação

A Constituição Federal dispõe que é de competência da União, Estados e o Distrito Federal, legislares concorrentemente sobre proteção ao patrimônio paisagístico, turístico e histórico (Artigo 24 *caput*, Constituição Federal).

A Constituição Estadual, no seu artigo 65, assegura a iniciativa legislativa de leis ordinárias, como é o caso em exame, a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa.

Porém, apesar de vislumbrar a legitimidade do autor para apresentar o projeto de lei, cumpre salientar que a Constituição Estadual veda a alteração de nomeação de patrimônio público, estadual ou municipal, que já

contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei (...).

Por esta razão o projeto foi baixado em diligência para a Secretaria Estadual de Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem - a qual encaminharam respostas, dizendo que nada consta acerca de denominação do Trevo da PR-151.

Desta forma, não há nenhum obstáculo legal para a aprovação do presente projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em análise, bem como a resposta favorável da diligência emitida pela Secretaria de Estado e pelo Departamento de Estradas de Rodagem, somos pela aprovação, prosseguindo a tramitação normal da presente proposição.

Sala das Comissões, em 22/06/10.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública o Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/10, de 15/06/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 276/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Douglas Fabrício tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, a correta denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, é Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam de Campo Mourão - obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, conforme previsão do respectivo Estatuto Social.

Além disso, ao revogar, em seu artigo 2º, as disposições em contrário, o presente projeto desrespeita o disposto na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa e, em seu artigo 9º, determina que a revogação deverá ser expressa:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Desta forma, a fim de adequar o presente projeto à correta técnica legislativa. Bem como a denominação da referida Associação, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 22/06/10.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 276/10

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 276/10, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam de Campo Mourão - obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de publicação.”

Sala das Comissões, em 22/06/10.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/10, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, acresce parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 16468, de 30/03/10. SEM PARECER (COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO). **(Publ. no DA nº 072/10, de 30/06/10, em Projetos de Lei)**

Em discussão. Em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Pela ordem, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer, falei com o Deputado Anibelli, até para que fique claro que esse Projeto de Lei nº 308/10 que acresce parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 16468, ele na verdade possibilita nesse parágrafo único disposto no artigo 2º da presente lei que aplicasse também aos servidores inativos e pensionistas. Possibilita que os ativos e pensionistas recebam os 5% do reajuste que será concedido - me parece que no dia - a todos os funcionários do Quadro ativo.

Estou colocando isso ao Plenário, porque perguntei isso ao Deputado Anibelli, o que era esse projeto que

estamos votando uma vez que está em regime de Comissão Geral e não há pareceres.

Estou colocando isto, para que tenhamos clareza que o que está sendo votado aqui é a extensão, o percentual de 5% que deve ser pago aos funcionários da ativa, também aos pensionistas e aos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Para encaminhar o Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para encaminhar a votação e para atender não só a dúvida do Deputado Anibelli, mas para esclarecer a Mesa. Ontem, quando estava presidindo a Sessão, o Deputado Jocelito cobrou da tribuna que os funcionários da Casa não tinham recebido os 5%. Eu de lá disse que nós tínhamos apresentado uma emenda, ou um projeto e que esse projeto tinha sido aprovado antecipadamente a todos os outros Poderes: Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas. Disse que poderia ser um erro da Mesa ou dos funcionários.

Hoje esclareço a V. Exa. e ao Plenário que houve.

Aprovamos tão antes o projeto junto com o projeto do Executivo e, omitimos naquela minha emenda que dava a todos os funcionários os 5%, omitimos por falha da nossa Mesa, da assessoria da Mesa, enfim, da Assembleia Legislativa que os pensionistas e aposentados não entrariam nos 5%. Como a Assembleia não pagou, estamos corrigindo hoje aquele erro que cometemos sem má fé, mas por omissão. Como o Assembleia esqueceu de pagar os funcionários e é bom que se diga, em voz alta: a direção da Assembleia, não a Mesa, esqueceu de aplicar, como não poderiam aplicar a todos.

Estamos corrigindo para que no fim do mês de julho os funcionários recebam os 5% retroativos ao mês de junho que encerra hoje.

Por isso da pressa de aprovarmos, para podermos fazer com os nossos funcionários inativos e pensionistas e todos os funcionários, menos os funcionários de cargo em comissão, darmos o aumento que os outros Poderes receberam.

Era esse esclarecimento que eu gostaria de fazer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Perfeitamente!

Com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero agradecer a confiança da Presidência nessa Sessão e me designar como relator para análise da constitucionalidade e legalidade para a proposta de autoria do Deputado Antonio Anibelli que tem como número o Projeto de Lei nº 308/10, para que se possa aferir do ponto de vista da Constituição e das Leis

aqui, esta presente propositura que estabelece um reajuste de 5% nos salários dos inativos desse Poder, corrigindo indiscutivelmente um erro no processo legislativo anterior.

Essa lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, ela acresce o parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 16468 de 30/03/10.

Sob o aspecto da técnica legislativa e em relação à constitucionalidade da matéria, considerando, inclusive, o impacto orçamentário-financeiro, o parecer do âmbito dessa Comissão Geral do Plenário, o nosso parecer favorável no sentimento que em nome da Constituição e Justiça fica aferida a constitucionalidade e a legalidade da presente proposição de autoria do Deputado Antonio Anibelli que corrige essa distorção.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Em votação o parecer do relator do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado!

Designo o Deputado Edson Luiz Strapasson, para que faça a leitura do relatório da Comissão de Finanças.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A iniciativa do Deputado Antonio Anibelli através do Projeto nº 308/10, corrige a distorção como já foi dito atendendo forma justa os inativos e pensionistas do Poder Legislativo. Quanto ao aspecto do impacto econômico e financeiro, impacto insignificante muito abaixo até da capacidade possível dessa Casa, portanto, de competência da Comissão de Finanças o nosso parecer é favorável pela aprovação desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Em votação o parecer do relator da Comissão de Finanças.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado!

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2269, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 631/09 e 308/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/09.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 05 de julho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 033/09 e 276/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 428/07 e 142, 288 e 294/10.

Levanta-se a Sessão.

6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE JUNHO DE 2010**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, secretariado pelos Srs. Deputados Duílio Genari e Teruo Kato.

Presenças:

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafag-

nin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Valdir Rossoni, Elton Welter, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Enio Verri, Fábio Camargo, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Rafael Greca e Stephanes Júnior (16).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Artagão Júnior e Wilson Quintero (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2270

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30/06/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que fica denominado de Gilberto de Andrade Halila, o trevo da PR-151, na entrada da sede do Município de São João do Triunfo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/10, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que acresce parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 16468, de 30/03/10. **SEM PARECER (COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO). Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais - ACCG, com sede e foro no Municípios de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 009/10, de 17/02/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 033/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais - ACCG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade dos referidos projetos, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, os projetos de lei em análise não encontram óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável a normal tramitação dos projetos de lei em análise.

Sala das Comissões, em 29/06/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2270, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

